

## INTRODUÇÃO: «EM NOME DE PORTUGAL»

PAULO DE MEDEIROS

Der Nationalstaat kann Bürgerrechte sichern aber muß das nicht tun.  
(Ralf Dahrendorf)

Portugal é uma sociedade semiperiférica.  
(Boaventura de Sousa Santos)

The history of Nationalism is as much a history of its interlocutors as of the ideology and movement itself.  
(Anthony D. Smith)

O que significa hoje em dia pensar Portugal? Dado o movimento intelectual para re-conceptualizar questões de Nacionalismo e de Identidade Nacional, e de como estas, para além de se reflectirem nos vários discursos culturais, são já sempre elas próprias constituídas por esses mesmos discursos, movimento esse que tem vindo a alastrar nos últimos vinte anos e, dado que a sociedade portuguesa nesses mesmos vinte anos tem passado por consideráveis modificações, é de extrema actualidade investigar de novo a produção e reprodução das imagens e conceitos de Identidade Nacional e de Nacionalismo na literatura e cultura portuguesas. É essa a lógica subjacente a este número de *Discursos* em que os vários contribuintes se dedicam a re-pensar os processos constitutivos da Identidade Nacional. Como um dos problemas geralmente imbricados nos discursos tradicionais sobre a identidade de Portugal tem sido uma visão excepcionalista, em que Portugal é representado como exemplar ou como excepção, torna-se imperativo considerar a questão da Nação dentro duma perspectiva teórica heterogénea. Por isso, antes de passar propriamente a

uma consideração breve dos ensaios aqui reunidos, creio ser útil apresentar alguns dos pontos principais da problemática, tal como eles têm vindo a ser assumidos por uma variedade de críticos.

Benedict Anderson, autor de um dos mais influentes estudos sobre esta problemática, *Imagined Communities*, na Introdução a uma recente antologia de ensaios de diversos autores sobre o mesmo assunto, sucintamente expõe a questão fundamental: «There is no disagreement that nationalism has been 'around' on the face of the globe, for, at the very least, two centuries. Long enough, one might think, for it to be reliably and generally understood. But it is hard to think of any political phenomenon which remains so puzzling and about which there is less analytic consensus. No widely accepted definition exists. No one has been able to demonstrate decisively either its modernity or its antiquity. Disagreement over its origins is matched by uncertainty about its future» (Anderson, 1996: 1). Intimamente relacionada com a questão do Nacionalismo, como não poderia deixar de ser, a questão da Identidade Nacional é igualmente complexa, multifacetada e polivalente.

Anthony D. Smith, em *National Identity* tenta destrinçar as várias componentes que entram no processo de formação da Identidade Nacional, como etnia, cultura, política, territorialidade, história de grupo, etc. e lembra-nos da divisão, aplicável ou não, entre nação-cultura e nação-estado, sugerida inicialmente por Friedrich Meineke «who in 1908 distinguished the *Kulturnation*, the largely passive cultural community, from the *Staatsnation*, the active, self-determining political nation» (Smith, 1996: 8). A necessidade de tal distinção, para além de dúvidas que possa suscitar tanto no campo empírico como a nível epistemológico, era óbvia no caso da Alemanha antes de Bismarck, assim como talvez o voltasse a ser depois de 1945. No caso de Portugal, em que desde o século XIII se pode apontar para uma certa unidade nacional, tanto em relação ao território, como à língua, como ao governo, não faria sentido distinguir entre a nação-cultura e a nação-estado, a não ser que se quisesse invocar um certo pan-iberismo que, embora sem dúvida possível ao nível da cultura, tem sido quase sempre alvo de suspeita tanto por parte das populações como da maioria dos intelectuais, já que depois da derrocada das ilusões sobre a possibilidade de assumir a herança do império de Carlos V sob hegemonia portuguesa, a questão de uma unidade ibérica ao nível político tem sido geralmente interpretada como uma perda de soberania e de identidade.

Ao falar-se de Identidade Nacional e de Nacionalismo, só aos nacionalistas empenhados poderá passar despercebido que se trata também fundamentalmente de uma questão de ideologia, o que torna a problemática ainda mais difusa. Aliás, o surto de pesquisas e reflexões sobre os conceitos de Nacionalismo e

Identidade Nacional pode-se explicar em parte pelo desrespeito para com este campo de estudos, ocasionado pelos extremismos nacionalistas que desembocaram na tragédia do Holocausto. Por outro lado, as grandes alterações da ordem política mundial, com a inesperada reunificação da Alemanha, o desmembramento da União Soviética, e o ressurgimento de tensões étnicas, religiosas e nacionalistas dentro da própria Europa e noutros países do mundo, contribuem para que as reflexões sobre Identidade Nacional e Nacionalismo passem do âmbito mais restrito das discussões intelectuais e académicas para a visibilidade imediata dos ecrãs televisivos e da agonia de milhões de pessoas. Depois dos vários movimentos de descolonização terem sucedido e posto em causa a ideia da nação-estado, quer como uma imposição europeia para dominar as suas colónias, quer como uma ideia obsoleta em face da rápida transformação financeira global, para alguns intelectuais a ideia da nação-estado como garante de direitos cívicos passou a assumir força renovada.

Embora de maneira diferente, essa é uma questão comum entre Ralf Dahrendorf e Monique Schnapper. Num importante artigo publicado na revista *Merkur*, após uma sucessão de outros artigos seus sob a forma de um "diário europeu", Dahrendorf avança a noção de que apesar de não ser uma forma ideal, e de não ter por necessidade intrínseca a defesa dos direitos cívicos, a nação-estado é a única instituição moderna que tem, efectivamente, servido para assegurar esses mesmos direitos. Como tal, segundo Dahrendorf, que não se esquece de que a sua posição possa parecer surpreendente, o dever actual dos intelectuais de cariz liberal é o de manter e defender a nação-estado heterogénea, cujo modelo principal seria em primeiro lugar o dos Estados Unidos da América, mas cada vez mais também o dos diversos estados da União Europeia, à medida que as suas sociedades, quer devido aos resultados da descolonização, quer devido a mais recentes migrações de diversas populações, têm vindo a aproximar-se cada vez mais da multiplicidade étnica característica das sociedades americanas. Ao inverso, Monique Schnapper, no seu livro sobre *La communauté des citoyens* também parte do princípio de que a salvaguarda dos direitos cívicos é um elemento fundamental da nação-estado moderna, fundada precisamente no conceito da soberania do povo, e sem noções de exclusividade étnica; mas para ela, já que o poder assume sempre um aspecto do sagrado, e já que a sociedade moderna dessacralizou o campo religioso ao insistir na força do plebiscito, torna-se imprescindível, para continuar a assegurar os direitos cívicos, elaborar uma nova forma política, uma vez que o conceito de nação parece já ultrapassado e incapaz de unir os cidadãos.

Se a forma sangrenta como o Nacionalismo, especialmente nos seus aspectos étnicos, tem chamado a atenção de todos e ocasionado até um certo interesse sensacionista popular como o demonstra o livro do jornalista Michael Ignatieff, na realidade, aquilo que parece unir a maioria dos intelectuais que se têm debruçado sobre as questões de Nacionalismo e Identidade Nacional é a dúvida sobre a viabilidade do conceito de nação-estado no fim do século XX. Mesmo correndo o risco de uma simplificação demasiadamente geral, creio ser possível distinguir três causas principais para a perda de fé no conceito de estado-nação, quer como via de progresso quer como garante de liberdade.

Em primeiro lugar, um dos ataques mais fortes de que o conceito de estado-nação tem vindo a ser alvo provém da corrente de estudos pós-coloniais, em que não só as relações político-culturais entre as metrópoles e as colónias têm sido sujeitas a uma reconceptualização como também o próprio conceito de nação-estado tanto na sua capacidade de instituição política como no seu papel de foco cultural tem sido desacreditado. Dentro desta corrente seria importante considerar-se as posições variadas de autores como Edward Said e o seu estudo seminal, *Orientalism*, Gayotri Chakravorti Spivak (por exemplo o ensaio «Can the Subaltern Speak?») ou Homi Bhabha, organizador de uma antologia de grande repercussão, *Nation and Narration*. A proliferação de modalidades de teoria pós-colonial – uma antologia útil para uma localização inicial é a organizada por Padmini Mongia, *Contemporary Postcolonial Theory*, ou em relação específica com as literaturas de expressão portuguesa, o volume organizado por Patrick Chabal, *The Postcolonial Literature of Lusophone Africa* – apresenta aspectos bastante diferentes, mas em geral parte do princípio de que o conceito de nação-estado é uma imposição europeia que, se bem que representativa de um estágio de desenvolvimento da sociedade europeia e de uma orientação teleológica, está também directamente implicada na extensão do jugo colonial. Dos vários autores que mais têm repensado a questão nacional a partir de uma perspectiva pós-colonial é de salientar Partha Chatterjee. Em *The Nation and Its Fragments*, embora usando parte do argumento de Benedict Anderson, de que nações são comunidades imaginadas, ele modifica radicalmente essa visão ao questionar quem é que tem o poder de imaginar as comunidades e quem é que é deixado de lado por esse processo. Ao resumir o seu projecto, que ele denomina como um processo de reposição da imaginação, Chatterjee declara que «the universalist claims of modern Western social philosophy are themselves limited by the contingencies of global power» (Chatterjee, 1993: 13). Consequentemente, o que ele tenta avançar é a possibilidade de pensar não só formas novas de comunidade, como formas novas de Estado.

Uma segunda causa poder-se-ia imaginar centrada nos vários efeitos da condição pós-moderna, se por tal se entender não simplesmente uma modalidade cultural de mais ou menos limitado impacto e restrita a uma camada intelectual ou de quadros profissionais, mas sim um vasto movimento global com repercussões culturais, financeiras e políticas. Por um lado, a difusão actual do poder económico que, numa fase avançada do capitalismo, não necessita de se manter dentro de barreiras nacionais; por outro lado, a difusão dos meios de telecomunicação que, mais fortemente ainda do que os métodos de impressão que Benedict Anderson vê como fundamentais para a criação da nação-estado moderna, servem para reproduzir e disseminar imagens e desejos instantânea e globalmente. Nesta perspectiva seria de salientar o ensaio de Arjun Appadurai, «Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy», em que ele afirma «An important fact of the world we live in today is that many persons on the globe live in such imagined 'worlds' and not just in imagined communities, and thus are able to contest and sometimes even subvert the 'imagined worlds' of the official mind and of the entrepreneurial mentality that surrounds them» (Appadurai, 1990: 297).

Appadurai sugere um modelo para explorar as disjunções características da situação global actual, dividido em cinco aspectos que ele denomina com um sufixo comum "scape" (cenário) e que abrange as categorias de etnia, mass media, tecnologia, finanças e ideário (imagens e ideologia). Um dos elementos-chave que necessita a invocação deste modelo é a condição de desterritorialização que cada vez mais caracteriza a situação global e que afecta milhões de pessoas directamente, quer estas sejam exilados, refugiados políticos, imigrantes ou intelectuais. Para Appadurai uma divisão entre centro e periferia é hoje em dia descabida mesmo que se quisesse pensar em vários centros e várias periferias. Uma maneira aproximada de encarar esta situação é exactamente a proporcionada por Boaventura de Sousa Santos ao referir-se a Portugal como uma sociedade semi-periférica, bem marcada por diversas disjunções. Não querendo confundir os efeitos pós-modernos com a teorização pós-colonial, é de notar, no entanto, uma certa convergência nalguns pontos, como a atenção às classes desprivilegiadas assim como às nações sob a tutela política ou cultural das grandes potências europeias - e neste século, dos Estados Unidos também - ou modeladas e imaginadas por estas. Dentro desta órbita seria ainda de citar um livro importante como o de Aijaz Ahmad, *In Theory: Classes, Nations, Literatures*, em que se encontram algumas das mais lúcidas e contundentes análises da problemática aqui mencionada, e um número da revista *Public Culture* onde esse mesmo livro é debatido juntamente com outros ensaios como o de Michael

Sprinker sobre «The National Question: Said, Ahmad, Jameson» (Sprinker, 1993: 3-30). Uma visão extremamente importante ainda a mencionar neste quadro é a de Boaventura de Sousa Santos, no seu estudo monumental, *Toward a New Common Sense: Law, Science, and Politics in the Paradigmatic Transition*, em que ele não só proporciona uma detalhada análise de problemas metodológicos e teóricos inerentes ao estudo e prática das ciências sociais de relevância precisamente para uma reconceptualização do que seja pensar a identidade (nacional e transnacional) hoje em dia, como afirma uma necessidade de se reafirmar uma prática emancipatória, já que o conceito de modernidade, como tal, se encontra exausto.

Ainda uma terceira causa para o questionamento radical dos conceitos de nação-estado, de nacionalismo e de Identidade Nacional pode ser vista no desenvolvimento de diferentes paradigmas no que respeita ao próprio desenvolvimento tanto das metodologias como dos campos de estudo, e dentro destes com especial relevo para a literatura, dentro dos quais tais conceitos se constroem e reproduzem. Para além de definitivamente pôr de lado o mito de que as nações seriam entidades cuja origem se perdia nos séculos ou até mesmo categorias naturais, e ao focar os processos culturais imprescindíveis a tais mitos, os estudos de Benedict Anderson e Eric Hobsbawm, para citar apenas dois nomes dos mais proeminentes, abriram as vias para uma reconceptualização de como práticas culturais e resultados políticos necessitavam de ser reexaminados de um ponto de vista crítico. Daí que tenham começado a surgir outros estudos de matiz interdisciplinar, que tendem a focar a sua atenção numa variedade de discursos, práticas e textos, desde formas de cultura popular à literatura canónica, desde os regimes sexuais às práticas de codificação da memória, que não são já do domínio da história ou da teoria social propriamente ditas. O próprio conceito de "identidade" tem vindo a ser explorado intensivamente e, se hoje em dia ele nos aparece, além de indispensável, como quase que garantido, há muito que deixou de assumir-se como unitário e passou a afirmar-se como múltiplo e fragmentário. Isto é, a ficção da identidade passou a apresentar-se como tal sem que isso diminuísse a sua importância; pelo contrário, à medida que os vários sujeitos e agentes se compenetraram dessa mesma multiplicidade é que o conceito de identidade passa a afirmar-se com renovada importância.

Sob este aspecto é de notar a maneira como Edward Said, por exemplo, reflecte na sua própria condição, por ocasião de uma palestra apresentada na University of Cape Town em 1991. Em «Identity, Authority and Freedom: The Potentate and the Traveller», ao considerar a situação actual dos Estados Unidos em relação ao Médio Oriente, e aí, ao conflito entre Palestinianos e Israel, Said aponta como a multiplicidade de identidades é frequentemente conflituosa:

«Like so many others, I belong to more than one world. I am a Palestinian Arab, and I am also an American. This affords me an odd, not to say grotesque, double perspective. In addition, I am of course an academic. None of these identities is watertight» (Said, 1991: 13). Mas não é só uma atenção e valorização auto-crítica do hibridismo cultural e nacional que sobressai dos novos estudos que põem em causa a estabilidade ou a viabilidade das normas de identidade. Na sua dependência intrínseca da memória, a identidade, quer pessoal, quer nacional, é extremamente frágil por mais que se apresente como imortal, ímpar e milenar. John R. Gillis expõe claramente, na sua introdução a *Commemorations: The Politics of National Identity*, como a identidade e a memória são conceitos sociais e políticos interrelacionados através da história, e como se torna necessário analisar os processos através dos quais as nações constroem a sua identidade através daquilo que decidem comemorar.

No caso de Portugal, em que, como tantos têm comentado, a memória do passado imaginado como glorioso é dominante na formação da Identidade Nacional, esta perspectiva é evidente. Eduardo Lourenço afirma, em «Identidade e Memória», referindo-se obviamente à época de Quinhentos, «É em função deste mito interior, desta **memória** de um povo que não cultiva em excesso a memória activa e criadora de si, que se processa a permanente reestruturação do nosso presente concreto, empírico, de portugueses» (Lourenço, 1988: 11). O que Gillis sugere e que os vários autores incluídos na sua colectânea demonstram, vai além da constatação do poder do passado, ou de momentos tidos como gloriosos nesse mesmo passado, para a elaboração da imagem do presente. Ao debruçarem-se sobre museus, estátuas, exposições, e outros processos de comemoração, o que eles sugerem é uma atenção nova para a realidade material assumida pelo processo de construção de identidade, uma óptica que também seria bastante frutífera em relação a Portugal.

Outro aspecto ainda que não pode deixar de ser mencionado, é o da investigação sobre as interrelações entre condições sexuais e Identidade Nacional. Duas vertentes em especial são de mencionar. Por um lado, a análise das configurações dos diversos papéis atribuídos às mulheres na sociedade e de como essas configurações determinam a imagem da Identidade Nacional. Como exemplo, note-se que não é por acaso que uma das antologias mais frequentemente usadas para introduzir estudantes estrangeiros na cultura portuguesa tem por título *Portugal: a terra e o homem* (1978). Por outro lado, a análise de como os discursos de Identidade Nacional são sempre já marcados pela diferença sexual. No primeiro caso, é impossível deixar de notar como a maioria dos estudos sobre Nacionalismo e Identidade Nacional simplesmente omitem considerações sobre o papel das mulheres na construção da nação. Num recente ensaio de

síntese, «Woman and Nation», Sylvia Walby sumaria as várias posições que têm vindo a ser assumidas sobre este aspecto da problemática, ao mesmo tempo que avança as suas considerações baseadas na ideia de que embora as mulheres tenham sido sempre usadas, quer como símbolos, quer como agentes reprodutores, no sentido literal e metafórico, nos vários projectos nacionais, as suas intervenções políticas quando não derivadas por coerção, tendem mais a ser ou localizadas ou de âmbito global.

No segundo caso, as análises mais recentes e de maior poder sugestivo são as reunidas na antologia *Nationalism and Sexualities*. Os editores, baseando-se também nas análises de Benedict Anderson, expandem a noção de 'comunidade imaginada' ao reflectirem sobre as várias formas como a comunidade nacional é constituída pelas diferenças sexuais. Uma das teses-chave de Anderson que é assim explorada é a de que a nação é estruturada como se fosse uma fraternidade: «[...] regardless of the actual inequality and exploitation that may prevail in each, the nation is always conceived as a deep, horizontal comradeship. Ultimately it is this fraternity that makes it possible, over the past two centuries, for so many millions of people, not so much to kill, as willingly to die for such limited imaginings» (Parter, 1992: 7). Esta noção de nação, e consequentemente de Identidade Nacional, como dependente de um modelo não só patriarcal, como homosocial, foi também já aplicada com verve à situação portuguesa num artigo de Luís Madureira sobre a escrita de Lobo Antunes. Finalmente, Doris Sommer, uma das organizadoras de *Nationalism and Sexualities* também apresenta um modelo importante para a reconsideração das interrelações entre literatura e Identidade Nacional, no seu livro *Foundational Fictions*, em que ela demonstra como os romances da América Latina no início são uma parte integral da formação das várias nacionalidades e de como a imaginação sexual é também condicionada pelos projectos nacionais, numa relação simbiótica de interdependência.

O que mesmo este breve relance sobre o estado actual da problemática revela é que hoje em dia não é possível assumir-se uma posição teórica unificada sobre a Identidade Nacional ou sobre as questões de Nacionalismo e literatura. No que toca particularmente a Portugal, isso devia ser óbvio se se tomar em conta o desejo sempre presente de representar a Identidade Nacional. Basta dar um relance à quantidade de livros, ensaios, e conferências sobre a questão da Identidade Nacional de Portugal e sobre a qual existem mesmo já estudos sumarizantes, como o livro de António Quadros, *A Ideia de Portugal na Literatura Portuguesa dos Últimos 100 Anos*, ou dois ensaios de Onésimo Almeida, «A questão da Identidade Nacional na Escrita Portuguesa Contemporânea» de 1991 e «Portugal and the Concern with National Identity» de 1994. No entanto, seria

oportuno indagar qual é a vertente do desejo que ocasiona essa proliferação de discursos, aliás nalguns pontos bem repetitiva, e que estaria por detrás da conhecida provocação de Eduardo Lourenço de que «Portugal, o de ontem e ainda mais o de hoje, não teve nunca, nem tem, propriamente, **problemas de identidade**. [...] Todos os portugueses são, ou se sentem, por assim dizer 'hiper-portugueses'» (Lourenço, 1988: 19). Por muita razão que tal afirmação irónica contenha, a crítica de Boaventura de Sousa Santos é extremamente contundente: «O excesso mítico deste discurso [sobre identidade nacional], que é um só apesar de múltiplo, manifesta-se na arbitrariedade e selectividade com que manipula a história do país e na relação telescópica que estabelece com as transformações sociais, políticas, económicas e culturais do sistema mundial de que Portugal faz parte» (Santos, 1990: 12).

Ao pensar-se o que significa pensar Portugal hoje em dia, é imprescindível ter em conta a advertência de Boaventura de Sousa Santos, de que, mesmo tendo em conta um certo processo de interiorização, «Enquanto senso comum das elites culturais, o discurso mítico diz certamente muito sobre elas e muito pouco sobre o cidadão comum» (*Id.*: 13). Consequentemente, uma das primeiras perguntas deveria ser talvez quem é que fala «Em nome de Portugal»? Com isto em mente não deixa de ser curiosa uma certa coincidência aleatória: quase ao mesmo tempo que se tornava difícil encontrar bolachas tipo 'Maria' da fábrica 'Nacional' que ainda tivessem gravado o nome da fábrica no seu produto (embora 'Nacional' como marca continue a aparecer no invólucro), os utentes da Internet podiam encontrar um curioso documento relacionado com as eleições e intitulado «Em Nome de Portugal» na World Wide Web durante 1995 e 1996. Parte da campanha presidencial de Cavaco Silva, esse documento incluía como abertura um retrato do candidato sobreposto a um fundo artificial de nuvens e o título, «Em Nome de Portugal», ao que se seguia, depois do anúncio de uma «Conferência on-line para 30 milhões» uma mensagem do candidato: «Por motivos imprevistos de agenda, não me será possível estar presente no fórum on-line anunciado, como seria meu desejo» e um fac-símile da assinatura de 'Aníbal Cavaco Silva'. Mesmo deixando de parte o optimismo exagerado dos trinta milhões (em Dezembro de 1995 o contador incluído no fim do documento registava unicamente 6436 leitores), não deixa de ser curiosa e sintomática a maneira como um candidato à Presidência da República assim assumia para si o nome de Portugal, substituindo metonimicamente a imagem deste pelo seu rosto e o nome invocado pelo seu, isto tudo num processo virtual, em que a presença etérea de Cavaco Silva era anunciada simultaneamente como uma ausência e garantida pela sua assinatura virtual e em fac-símile, um nome de Portugal mais do que nunca escrito por uma Tinta Invisível (como se chama a firma que pro-

duziu o documento), mas que se instaura como absolutamente real. Mais do que nunca torna-se evidente a necessidade de uma análise rigorosa dos vários processos ideológicos através dos quais as imagens da Identidade Nacional se constroem – ou no exemplo agora mesmo referido, quase que se auto-desconstroem. É precisamente essa a tarefa começada pelos vários ensaios aqui reunidos e que, longe de se quererem mais uma afirmação do discurso monolítico sobre a Identidade Nacional, procuram, tanto por meio das metodologias críticas que usam, como por meio dos focos particulares que trazem, tracejar a multiplicidade de representações da Nação e da Identidade através da literatura.

Como na base das investigações, um dos conceitos mais problemáticos, tanto em si, como na maneira em que é inflectido com os outros termos, é o de Ideologia, o ensaio de Carlos Reis sobre esse tema constitui uma reflexão indispensável. Em «Identidade e Discurso Ideológico» Carlos Reis apresenta uma discussão teórica sobre as intersecções dos vários conceitos, identidade, discurso e ideologia com base em posições de vários pensadores, como Paul Ricoeur, Bakhtine, Foucault, Rossi-Landi e Zima. Para Reis, segundo Ricoeur, em diálogo com Habermas, o que interessa é uma recuperação positiva do conceito de ideologia, deixando de lado os significados pejorativos que têm sido atribuídos, quer como falsificação da consciência, quer como mero indicativo de posições antagónicas. De acordo com Foucault, Reis limita necessariamente a polissemia do conceito de discurso – **-conceito-chave** das modernas teoria da linguagem e teoria da literatura – de maneira a corresponder a «um conjunto de enunciados desde que provenham da mesma formação discursiva». Em causa, como Reis evidencia através de dois exemplos extraídos de Eça de Queirós e de Flaubert, está principalmente o uso do discurso como elemento ou manifestação de poder. Continuando investigações prévias sobre esta matéria, Reis apresenta uma definição de **discurso** ideológico «como todo o enunciado (verbal ou não verbal) de dimensão transindividual, capaz de representar sentidos de amplitude social, sentidos esses que traduzem as dominantes axiológicas de um certo sistema ideológico».

Outro ensaio de carácter bastante amplo é o de Dionísio Vila Maior, sobre «Identidade(s)», que, como o título já indica, parte do princípio de que o conceito de identidade, componente essencial da Identidade Nacional, é de carácter múltiplo. Mesmo que Vila Maior não chegue ao ponto de considerar a importância dada hoje em dia ao conceito de fragmentação, em que a própria noção de identidade como unidade do ser deixou de ter sentido, focaliza grande parte do seu ensaio sobre as funções da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reflectindo sobre a sua organização e alvos, tanto em relação

ao novo enquadramento de Portugal no contexto europeu como nas suas relações globais.

Para Vila Maior, o conceito de Identidade Nacional tem que ser encarado sempre dentro de uma óptica temporal em relação ao passado mas também com direcção ao futuro, o que desde já implica que Identidade Nacional é uma categoria em fluxo. No seu ensaio, em que se destacam as referências axiomáticas a vários escritos de Fernando Pessoa em primeiro lugar, mas também de Eça de Queirós e Almada Negreiros no que respeita à língua portuguesa e ao enquadramento de Portugal na Europa, assim como a Boaventura de Sousa Santos no que respeita a certas conclusões teóricas das Ciências Sociais, Vila Maior também se refere detalhadamente a várias figuras históricas de Portugal, que representam modelos para uma construção discursiva da Identidade Nacional, assim como a uma variedade de escritores lusófonos, cujos textos são de grande relevância para se considerar a problemática aqui referida. Na parte final deste texto, ao contrário do que, como já ficou indicado, se tem vindo a tornar comum na maioria das reflexões sobre Identidade Nacional e Nacionalismo, de Smith a Schnapper, em vez de encerrar com uma série de dúvidas sobre a viabilidade de continuação dos conceitos analisados, Vila Maior apresenta uma visão mais optimista, com um programa de dez medidas a tomar para o futuro, e uma apologia da Identidade Nacional de que é de salientar o uso positivo que o autor faz do termo pessoano de 'orgulho nacional' livre de quaisquer pretensões xenóforas e fortemente consciente tanto da necessidade da heterogenia como da unidade entre as várias nações lusófonas.

Ora, as relações discursivas entre metrópole e colónias estão também na base do ensaio de Ana Paula Ferreira, 'Continentes Negros' com nome de Portugal: o *feitiço* colonialista de Maria Archer'. No entanto, tanto a partir da metodologia empregada, com apoio em posições teóricas de Lacan, Kristeva, Derrida, Bhabha e outros, como no alvo, o ensaio de Ana Paula Ferreira distancia-se bastante do de Vila Maior. Focando a sua atenção nos processos de representação do 'Outro', que afirma serem uma parte intrínseca do processo de construção da Identidade, Ferreira parte do princípio de que «Mais do que objecto de consumo, troca ou fantasia imperialista, a representação do 'outro' prende-se com o desejo de dar corpo à verdade de um sujeito que nunca *é* ou *está* na palavra em que se diz; o 'outro' é, acaso, a metáfora-sintoma por excelência da perda da referencialidade do 'eu', da nação e da identidade nacional». Baseando-se numa série de documentos, desde a Constituição de 1933 a séries de literatura popular como os «Cadernos Coloniais» da Editora Cosmos, Ferreira contextualiza toda uma rede de discursos nacional-colonialistas que lhe proporcionam a

tessitura sócio-política necessária para a análise de vários textos de Maria Archer e do livro *Feitiços* de Guilhermina de Azeredo. Assim, Ferreira demonstra claramente como vários discursos se cruzam no âmbito do projecto nacional, e como vários mecanismos contribuem para a construção duma Identidade Nacional com base na fetichização da alteridade, quer sob o signo do 'negro' quer sob o signo da 'mulher'. Segundo Ferreira, «o trabalho de 'vulgarização das singularidades africanas' a que [Archer] se dedica poderia ser entendido como uma intervenção em defesa dos direitos humanos dos colonizados» mas de maneira a não pôr em causa a ideologia colonialista. Um dos pontos fundamentais deste ensaio é o modo como, ao prestar atenção não só a textos 'esquecidos' como ao posicionamento das mulheres (quer como escritoras quer como objectos de representação), Ferreira proporciona um ponto de partida para uma reconceptualização da Identidade Nacional atenta a questões feministas e pós-coloniais, indicando já a 'contaminação' discursiva inerente à condição imperial.

Este efeito colonial está também na base de parte do ensaio de Ellen W. Sapega, «Memória Pública e Discurso Oficial: Visões da Época Salazarista na Obra de Irene Lisboa, José Saramago e Mário Cláudio», em que a autora analisa o romance de Mário Cláudio, *Tocata para dois clarins*, prestando especial atenção aos modos como esse texto tematiza as relações entre um discurso oficial de matiz colonialista e a sua incorporação – apesar de um mínimo de resistência – por parte das personagens populares, que assim o reproduzem na sua identificação com as imagens impostas pelo Estado Novo. Ao analisar *O Ano da Morte de Ricardo Reis* Sapega mostra como José Saramago demonstra a tese de Benedict Anderson sobre a importância da imprensa na disseminação das imagens oficiais de Identidade Nacional, já que, para a personagem do romance, são as notícias dos jornais que lhe proporcionam um reenquadramento na comunidade nacional de que se tinha ausentado. No entanto, Sapega não deixa de notar como a perspectiva de Reis continua descentrada, já que os jornais ao criarem uma versão alargada do presente, mais complexa do que a que era possível anteriormente, também fragmentam a perspectiva individual e colectiva, dando azo à criação de novas imagens nacionais por parte do estado, que assim recria à sua vontade os elos que deveriam existir entre o passado nacional e o presente ou futuro imaginados. Além disso, como Sapega menciona, para o leitor actual, o uso das notícias dessa época no texto «fornece um comentário irónico sobre as bases linguísticas do poder». Sapega também foca a sua atenção na utilização de imagens comemorativas, como é o caso da estátua de Camões, pela literatura, quer em textos de Eça de Queirós, quer no romance de Saramago. A sua perspectiva aqui é baseada nos trabalhos de John Bodnar e John Gillis, publicados em *Commemorations*. Um dos pontos mais salientes deste ensaio –

lembre-se que a autora já publicou anteriormente um ensaio intitulado «O Papel da Memória na Construção de um Novo Sujeito Nacional», em que analisava textos posteriores a 1974 – é a atenção que presta a diversos textos de Irene Lisboa. Neles, segundo Sapega, verifica-se tanto uma tentativa de representar uma expressão vernácula que estaria oposta implicitamente ao discurso oficial do Poder, como silêncios significativos, em que a ausência de referências aos diversos aparatos do Estado indica o grau possível de resistência a eles, dada a situação opressiva do regime.

José N. Ornelas, em «Resistência, Espaço e Utopia em *Memorial do Convento* de José Saramago», ao focar a sua atenção exclusivamente neste romance não só demonstra a vitalidade da obra de Saramago para a reconceptualização da Identidade Nacional, como conclui que *Memorial do Convento* é principalmente um texto em que, ao mesmo tempo, se afirma uma visão utópica baseada na potencialidade humana e na capacidade de expressão do povo e se desconstrói a perspectiva tradicional da idade áurea passada. Em diálogo com Teresa Cristina Cerdeira da Silva, Ornelas não aceita que o romance sirva como demonstração de como o poder reprime a utopia. Para Ornelas, cuja análise se baseia em diversas correntes teóricas, de Bhabha a Geertz, Grosz e Marin, Saramago apresenta uma tensão constante entre os elementos do poder hegemónico e as suas margens, que não seria muito diferente da que se verifica na situação actual. Segundo Ornelas, nota-se no texto «a afirmação de diferenças e de diversas posturas do indivíduo como sujeito, a decepção e a insatisfação com as estruturas simbólicas, uma constante rearticulação e reconfiguração social e cultural, por parte de grupos marginais». Ornelas, ao ler o romance nesta perspectiva, em que predomina uma tensão entre os discursos e representações do poder hegemónico investido na nobreza e no clero, e os espaços de resistência popular, analisa em detalhe vários dos signos icónicos que a narrativa manipula de maneira a concretizar essa mesma tensão. É de salientar que Ornelas considera que a figura do Rei deixa de ser o ponto focal do romance. No entanto, e se bem que os signos, que de funcionais passam a simbólicos, como é o caso do espigão de Baltasar Sete-Sóis, sejam claramente opostos aos símbolos do Poder tradicional, a figura principal da Passarola, afinal, acaba por se mostrar ambígua, já que, embora ela represente precisamente a utopia, não está completamente desligada da figura do Rei. Aquilo que Ornelas também conclui é que a imagem de Portugal representada no romance é extremamente instável, em fluxo, mais caracterizada pela transgressão do que pelas normas e fronteiras fixas.

Em «Rememorar e Futurar ou A Invenção da Pátria» Isabel Pires de Lima também se dedica a considerar um romance de José Saramago, *A Jangada de Pedra*, assim como dois outros romances, *O Dia dos Prodigios* de Lídia Jorge e *Lusitânia* de Almeida Faria. São estes três textos analisados como exemplos

apenas daquilo que a autora caracteriza, usando as palavras de José Cardoso Pires, como um processo de pensar uma ontologia nacional que «parece ser enfim um traço comum às narrativas de destino pátrio que dominam um filão significativo da ficção actual e de algum do nosso ensaísmo [...]». Embora Pires de Lima reconheça essa similitude entre os vários textos analisados, também lhes reconhece diferenças intrínsecas, tanto no processo narrativo individual como no discurso que subjaz a cada um. Assim, se no romance de Saramago o destino de Portugal não pode deixar de ser pensado em conjunção com o do resto da Península Ibérica, e em conseqüente oposição com a Europa, já em *Lusitânia*, a autora distingue «Uma forte dimensão trágica» caracterizada por uma perspectiva em que a «memória de uma Lusitânia passada [...] impõe uma visão pessimista do presente». E no romance de Lídia Jorge, o que sobressai, segundo Pires de Lima, é a confrontação entre uma ordem de valores ultrapassada e um presente que se lhe sobrepõe, em que «as personagens vivem dramaticamente entre o esquecimento e a lembrança». Pires de Lima, mesmo ao privilegiar a ficção como discurso constitutivo da Identidade Nacional que é sempre imaginada, não deixa de ter em conta o campo da ensaística, onde, como ela nota, posteriormente a 1974 se tem vindo a intensificar a análise da Identidade Nacional, não em harmonia consensual mas mais num processo antagónico em que, como ela sublinha, uma vertente é caracterizada por «um discurso de feição mítica e ontologizante e um discurso mais mítico-psicanalítico» enquanto que na segunda vertente, «que persegue uma dimensão científica, pontificam um discurso sociológico-antropológico e um discurso histórico». Isabel Pires de Lima, que em parte subscreve a posição de Boaventura de Sousa Santos, reconhece também valor às análises racionais de Eduardo Lourenço, para referir apenas dois dos pensadores por ela citados. Aliás, neste ensaio, a característica comum aos textos literários que ela aponta é a de reflectirem sobre um «destino nacional», o que se afastaria das posições de grande parte dos críticos já referidos, para os quais a questão da nação, fora da óptica nacionalista, embora voltada para o futuro, não se assume teleologicamente.

Em conclusão, os ensaios aqui reunidos, quer nos pontos comuns que os ligam, quer nas diferenças que também exprimem, dum ponto de vista metodológico ou devido aos diferentes textos que abordam, representa sem dúvida uma tentativa de contribuir precisamente para esse contínuo processo de construção de uma comunidade imaginada e heterogénea.

Paulo de Medeiros é Professor de Inglês e Literatura Comparada no Bryant College (Rhode Island, E.U.A.). Doutorou-se pela Universidade de Massachusetts - Amherst com uma dissertação sobre a problemática do consumo e ingestão na tradição ocidental. A sua investigação actual incide sobre as relações entre literatura e filosofia.

Referências  
bibliográficas

AHMAD, Aijaz (1992) - *In Theory: Classes, Nations, Literatures*, London/New York, Verso.

ALMEIDA, Onésimo Teotónio (1991) - «A Questão da Identidade Nacional na Escrita Portuguesa Contemporânea». *Hispania* 74.3, pp. 492-500.

ALMEIDA, Onésimo Teotónio (1994) - «Portugal and the Concern with National Identity». *Bulletin of Hispanic Studies* 71, pp. 155-163.

ANDERSON, Benedict (1983) - *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, London/New York, Verso, 1983 (Segunda Edição Revista, 1991).

ANDERSON, Benedict (1996) - «Introduction», in Balakrishnan, 1996: 1-16.

APPADURAI, Arjun (1990) - «Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy», in Mike Featherstone (ed.), *Global Culture: Nationalism, Globalization and Modernity*, London/Newbury Park/New Delhi, Sage Publications, pp. 295-310.

BALAKRISHNAN, Gopal (ed.) (1996) - *Mapping the Nation*, London/New York, Verso.

BHABHA, Homi K. (ed.) (1990) - *Nation and Narration*, London/New York, Routledge.

CHABAL, Patrick; AUGEL, Moema Parente; BROOKSHAW, David; LEITE, Ana Mafalda; SHAW, Caroline (1996) - *The Post-Colonial Literature of Lusophone Africa*, Evanston, Illinois, Northwestern University Press.

CHATTERJEE, Partha (1993) - *The Nation and Its Fragments: Colonial and Postcolonial Histories*, Princeton, Princeton University Press.

DAHRENDORF, Ralf (1994) - «Die Zukunft des Nationalstaates». *Merkur* 48.9-10, p. 751.

«EM NOME DE PORTUGAL», documento electrónico obtido através de <<http://www.telepac.pt/Cavaco.Silva/indexb.html>> (6 de Dezembro de 1995).

IGNATIEFF, Michael (1993) - *Blood and Belonging: Journeys Into the New Nationalism*, London, BBC Books (New York, Farrar, Straus & Giroux, 1994).

LOURENÇO, Eduardo (1988) - «Identidade e Memória», in *Nós e a Europa ou as duas razões*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 9-23.

MADUREIRA, Luís (1995) - «The Discreet Seductiveness of the Crumbling Empire - Sex, Violence and Colonialism in the Fiction of António Lobo Antunes». *Luso-Brazilian Review* 32.1, pp. 17-29.

MONGIA, Padmini (ed.) (1996) - *Contemporary Postcolonial Theory: A Reader*, London/New York, Arnold.

PARKER, Andrew; RUSSO, Mary; SOMMER, Doris; YAEGER, Patricia (eds.) (1992) - *Nationalisms and Sexualities*, New York/London, Routledge.

*Public Culture*, 6:1 (1993).

QUADROS, António (1989) - *A Ideia de Portugal na Literatura Portuguesa dos Últimos 100 Anos*, Lisboa, Fundação Lusíada.

SAID, Edward D. (1978) - *Orientalism*, New York, Pantheon Books.

SAID, Edward D. (1991) - «Identity, Authority, and Freedom: The Potentate and the Traveller». *Transition* 54, pp. 4-19.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1990) - «11/1992 (Onze teses por ocasião de mais uma descoberta de Portugal)», Coimbra, Oficina do Centro de Estudos Sociais, 21, p. 14.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1995) - *Toward a New Common Sense: Law, Science, Politics in the Paradigmatic Transition*, New York/London, Routledge.

SAPEGA, Ellen W. (1995) - 'Aspectos do Romance Pós-Revolucionário Português: o Papel da Memória na Construção de um Novo Sujeito Nacional'. *Luso-Brazilian Review* 32.1, pp. 31-40.

SCHNAPPER, Dominique (1994) - *La Communauté des citoyens. Sur l'idée moderne de nation*, Paris, Gallimard.

SMITH, Anthony D. (1991) - *National Identity*, Reno/Las Vegas/London, University of Nevada Press.

SMITH, Anthony D. (1996) - 'Nationalism and the Historians', in Balakrishnan, 1996.

SOMMER, Doris (1991) - *Foundational Fictions: The National Romances of Latin America*, Berkeley/Los Angeles/London, University of California Press.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty (1988) - 'Can the Subaltern Speak?', in Cary Nelson; Lawrence Grossberg (eds.), *Marxism and the Interpretation of Culture*, Urbana, University of Illinois Press, pp. 271-313.

SPRINKER, Michael (1993) - 'The National Question: Said, Ahmad, Jameson'. *Public Culture* 6.1, pp. 3-30.

WALBY, Sylvia (1996) - 'Woman and Nation', in Balakrishnan, 1996: 235-254.